

UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, UMA ETAPA CONCLUÍDA?

Estudo sobre crianças/adolescentes (7 a 14 anos) fora da escola, segundo dados da Pesquisa Sobre Padrões De Vida (IBGE).

Patrícia Monteiro Lacerda - PUC-Rio

Acompanhando a evolução do debate sobre a democratização da educação brasileira podemos perceber que há décadas atrás o centro da discussão girava em torno do acesso à escola, aos poucos o cenário foi se alterando e verificou-se uma efetiva expansão do número de matrículas na rede escolar pública. No entanto, esta expansão foi acompanhada pela persistência de altas taxas de evasão e repetência¹, criando um estranho quadro, onde a elevação dos níveis educacionais convive com a elevação dos níveis de desigualdade de realização escolar (Barcelos, 1992). Assistiu-se então a um deslocamento de atenção da questão do acesso para a questão da qualidade no ensino.

Mesmo reconhecendo que houve uma melhora expressiva nos indicadores de cobertura escolar, ainda não podemos dar por resolvido o problema da universalização do ensino fundamental. Segundo a PPV² 8% das crianças na idade de escolarização obrigatória (aproximadamente 1.508.174 indivíduos³) residentes nas regiões NE e SE, ainda se encontram fora da rede de ensino. Sendo a educação um direito básico, este número não é desprezível, merecendo ser analisado com atenção.

O propósito deste trabalho é detectar fatores que influenciam crianças/adolescentes na faixa etária de escolarização obrigatória, a não frequentar estabelecimento de ensino, apesar das campanhas, apesar da legislação e apesar das políticas governamentais. Utilizaremos como base de dados a Pesquisa de Padrões de Vida do IBGE, por ser uma pesquisa domiciliar com um nível de informação bastante detalhado permitindo uma compreensão mais acurada e relacional das variáveis. Para fins da presente análise vamos descrever em termos bem esquemáticos a situação escolar das crianças/adolescentes entre 7 e 14 anos:

- existem aqueles que **frequentam escola**;
- existem aqueles que **já frequentaram a escola** e se evadiram e;

¹ Segundo dados do MEC/INEP o ensino fundamental apresentava em 1981 as seguintes taxas: promoção 58%, repetência 36% e a de evasão em 6%. Já em 1995 estas taxas foram: promoção 65%, repetência 31% e evasão 4%.

² Pesquisa de Padrões de Vida – IBGE, dados coletados entre 1996 e 1997.

³ Ao longo deste trabalho utilizamos dados ponderados.

➤ existem aqueles que **nunca freqüentaram escola**.

Como dissemos acima, nosso foco de atenção está posto sobre os grupos que estão atualmente fora da escola. Estaremos contrastando dados destes indivíduos com dados do grupo de mesma faixa etária que freqüenta estabelecimento escolar, sem no entanto, considerar qualquer indicador de desempenho neste último grupo. Apesar da presente pesquisa ter sido realizada a quase quatro anos ela combina abrangência dos temas e ampla cobertura⁴ características que nem os surveys mais gerais nem os estudos micro-sociais possuem. Tais atributos mantêm sua relevância na medida em que nos possibilita refinar a análise sobre a exclusão escolar, levantando particularidades que podem ser consideradas tanto no ajuste de políticas públicas quanto nas estratégias de mobilização civil em torno da meta **toda criança na escola**.

1 – NEM TODA CRIANÇA NA ESCOLA - *Perfil das crianças/adolescentes em idade de escolarização obrigatória que não freqüentam estabelecimento de ensino.*

1.1- Caracterização da população alvo

Num primeiro sobrevôo, os dados da PPV permitem estimar em 18.200.786 o número de pessoas entre 7 e 14 anos vivendo nas regiões NE e SE do país. Destes 91,7% estão freqüentando a escola, 4,2% nunca freqüentaram e 4,1% declararam não freqüentar, embora já tenham freqüentado. A **tabela 1** apresenta uma caracterização destas crianças/jovens.

Quanto ao **sexo** podemos observar que há em geral, uma ligeira superioridade numérica de homens sobre as mulheres. Esta situação se inverte quando focamos o grupo dos evadidos, mas não podemos considerar que haja uma disparidade acentuada relacionada ao gênero.

Nos dados relativos à **idade**, trabalhamos com duas faixas etárias que correspondem idealmente aos dois ciclos do ensino fundamental: 1^a a 4^a séries (7 a 10 anos) e 5^a a 8^a séries (11 a 14 anos). Verificamos que aqueles que nunca freqüentaram escola se encontram majoritariamente (68,0%) na primeira faixa etária, o que pode caracterizar atraso no início da escolarização. Quando observamos o grupo dos que pararam de freqüentar, encontramos 60,7% de jovens com 13 ou 14 anos. Quanto aos que estão freqüentando, sua distribuição é relativamente equilibrada nas duas faixas etárias.

⁴ Sua amostra foi desenhada par representar aproximadamente 70% da população brasileira

Com relação a **cor/raça**, percebemos que há uma super-representação de pretos e pardos (71,7%) entre os que não freqüentam escola. Já entre os que freqüentam os brancos são maioria (51,6%)⁵. Na análise de Barros et alli (1999 – p.4) feita a partir da mesma base de dados temos que - *“De fato, se apenas 5% das crianças brancas estão fora da escola, este número sobe para 12% no caso das não brancas (pretas e pardas). A situação torna-se mais crítica quando avaliada do ponto de vista da proporção. Neste caso, descobre-se que se 50% das crianças são não brancas, 72% de todas as crianças que não freqüentam a escola estão nesse grupo racial”*. Estas constatações atualizam achados de pesquisa que já vinham indicando a variável raça como tendo um papel específico na realização educacional, contrariando a idéia de democracia racial (Silva & Hasenbalg, 1992 e Barcelos, 1992).

Quanto à **distribuição territorial** a população de 7 a 14 anos pode ser assim caracterizada: 29% vive no NE urbano (inclui as regiões metropolitanas), 21% no NE rural, 44% se encontra no SE urbano e 6% no SE rural. Pela **tabela 1** fica claro que 77,7% das crianças que nunca freqüentaram escola e 56,4% das que evadiram se encontram no NE fora das áreas metropolitanas. Este dado indica que para a população de crianças/adolescentes residente nestas áreas a não freqüência à escola ainda é o padrão de normalidade.

Outro dado que chama atenção na **tabela 1** é que a Região Metropolitana que mais concentra pessoas que já freqüentaram escola é São Paulo. Um estudo feito sobre este estado indica que *“a maioria dos estudantes que evadiram (90%) eram vistos por seus professores como bem sucedidos”* (Silva & Souza 1992 – p. 6). Isso significa que pelo menos nesta região do país, não são os repetentes crônicos que abandonam a escola e sim aqueles que conseguem ser aprovados. Uma pista para explicar esta situação se encontra no texto ‘Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?’

“...uma menor diferenciação nos salários no Sul acaba desencorajando investimentos em educação e atraindo crianças para o mercado de trabalho. É surpreendente, entretanto, aceitar a idéia de que melhores condições do mercado de trabalho no Sul tem um poder mais forte de atração do que um melhor sistema escolar também oferecido nesta região.”(Barros et alli 1994 p.34)

A análise da situação escolar relacionada a região/área domiciliar, corrobora os estudos sobre desigualdades regionais. Quem vive no NE leva enorme desvantagem sobre quem vive

⁵ Nos dados do questionário consta ainda a opção de raça/cor – amarela/indígena, mas como somente 0,5% se

no SE do ponto de vista de cobertura da rede de ensino. Este problema se agrava quando comparamos as áreas urbana e rural. Aqueles que vivem no Nordeste rural continuam sendo o grande contingente dos excluídos da escola.

1.2 - Caracterização familiar da população alvo

A literatura educacional aponta uma forte correlação entre o ambiente familiar e a escolaridade dos filhos. Por ambiente familiar podemos compreender desde aspectos mais objetivos como; renda e condições físicas de moradia até aqueles mais subjetivos como; expectativas em relação à educação dos filhos e importância da escola no projeto de ascensão social familiar. Na **tabela 2** temos a descrição de alguns fatores como tipo de arranjo familiar, número de filhos e renda domiciliar per capita. Mais adiante, na seção 3, estaremos verificando a relação mais direta entre filhos e pais, incluindo a avaliação do chefe do domicílio sobre a importância da educação na melhoria das condições de vida da família.

A **tabela 2** mostra que nas famílias que além dos filhos abrigam parentes, o número de pessoas evadidas é superior à média da população. Assim temos 14,8% da população de 7 a 14 anos vivendo no arranjo familiar 'casal com filhos e parentes' sendo que destes 23,9% já não frequentam mais a escola. Entre os que vivem em lares de arranjo 'monoparental com filhos e parentes', 10,6% já se evadiram da escola. Estes dados apontam para uma relação desfavorável para escolarização de quem se encontra na condição familiar 'outro parente' (7,7% da população estudada), pois destes apenas 85,6% frequentam escola contra 92,4% daqueles que se encontram na condição de filho(a).

Cruzando os dados de **renda domiciliar** com **tipo de família** vemos que os arranjos monoparentais se concentram 23,0% no quintil mais pobre e 13,0% no quintil mais rico, ao passo que os arranjos de casal se distribuem em 19,0% no quintil mais pobre e 19,6% no quintil mais rico. Estes dados ganham relevância se considerarmos que a renda domiciliar tem um forte impacto sobre a frequência ou não ao estabelecimento escolar como veremos adiante. Aqui cabe dizer que o arranjo monoparental é praticamente sinônimo de chefia feminina sem cônjuge, um tipo de arranjo que vem crescendo nos últimos anos (CEPAL- 1991). Há um estudo sobre *Mudanças no perfil da família* que ressalta os diversos fatores que correlacionam chefia feminina e baixa renda: desde salários femininos serem menores que os masculinos até o

encaixa nesta categoria resolvemos excluí-la da presente análise.

fato que, em situação de pobreza a instabilidade familiar cresce, aumentando a probabilidade das mulheres ficarem sozinhas. A parte do referido estudo que nos interessa particularmente é a que se dispõe a identificar ‘a influência dos tipos de organização familiar no rendimento escolar dos filhos’. Um dos achados revela que no grupo etário de 10 a 14 anos, o arranjo familiar que influencia mais negativamente a escolarização é o denominado ‘união livre’⁶, seguido de ‘chefia feminina sem cônjuge’. A explicação apresentada é que *“a ausência do pai, que de início significa para a família um forte ‘ajuste’ afetivo e organizacional, e algum outro esporádico, a médio prazo, provoca um menor desgaste no ‘clima afetivo e organizacional’ do lar do que a incerteza com respeito a estabilidade familiar, que afeta os lares em que os pais vivem em união livre.”* (CEPAL – 1993 – p.89)

Na **tabela 2** vemos ainda, que os excluídos da escola se concentram majoritariamente nos **quintis de renda** inferior sendo a situação mais desfavorável para aqueles que nunca freqüentaram (54,4%) do que para os que se evadiram da escola (38,0%). Enquanto isso, aqueles que freqüentam escola estão bem representados nos quintis de renda per capita superiores (42,7% somando-se os dois quintis mais ricos). Outra forma de ler estes dados é que apenas 1,5% das pessoas que se encontram no quintil superior de renda estão fora da escola, ao passo que, este número cresce para 19,0% quando observamos a distribuição no quintil de menor renda, sugerindo uma forte correlação entre nível de renda e freqüência à escola.

O **número de filhos por domicílio** é outro indicador que vem se tornando clássico nos estudos sobre família e escola. Constata-se que o reduzido número de filhos pode favorecer uma escolarização melhor e mais longa destes. Hoje sabemos que no Brasil os índices de fecundidade vêm caindo mesmo em famílias de baixo poder aquisitivo, o que já aconteceu em países mais industrializados. Esse fator está diretamente relacionado à escolaridade dos pais - principalmente da mãe (UNICEF 1999).

Na **tabela 2** verificamos que 54,6% das crianças que freqüentam a escola têm de 1 a 2 irmãos, 54,6% dos que nunca freqüentaram estão em famílias numerosas (5 filhos ou mais) e os que já freqüentaram têm uma distribuição equilibrada nos dois extremos; 34,5% pertencem a famílias com até 2 filhos e 37,8% a famílias com 5 filhos ou mais. Estes números reforçam a

⁶ O termo união livre tem uma série de significados, mas aqui predomina a acepção de uma parceria sexual sem vínculos estáveis. “... as uniões livres poderiam ser consideradas como uma expressão dos processos de desintegração social, de ausência de projetos estruturados de vida e renúncia dos jovens a assumir compromissos estáveis em um mundo incerto” (CEPAL 1993 – p. 89).

idéia de que o elevado número de filhos interfere na não freqüência à escola ou no atraso inicial na escolarização.

Uma evidência que começa a despontar em alguns estudos micro-sociais é que, às vezes numa mesma família, alguns filhos desenvolvem uma carreira escolar bem sucedida e outros não (Souza e Silva 1999) e, um dos fatores que influi neste ‘destino’ é a ordem de nascimento, sendo que o primogênito costuma levar vantagem em relação aos irmãos (Deplaques 1981).

2 – ESCOLARIDADE É UMA HERANÇA QUE SE TRANSMITE - *Característica dos pais e relação com freqüência à escola pelos filhos*

Na **tabela 3**, optamos pelo indicador ‘escolaridade final’ dos pais, ou seja, o último nível escolar alcançado, e não pelo número de anos de estudo. A razão desta opção é que muitas vezes, o número de anos de estudo não revela propriamente progressão, e sim, uma trajetória cheia de percalços e repetência. Os dados ali expostos comprovam o que vem sendo afirmado em outros trabalhos: “*a instrução dos pais tem forte impacto sobre a probabilidade de um filho de 7 a 14 anos freqüentar a escola, sendo que a influência da educação da mãe costuma ser maior do que a do pai.*” (IBGE – 1999).

2.1- Perfil escolar e ocupacional parental

Há uma forte correlação entre **educação do pai e da mãe**, sendo que em geral, as mães são mais escolarizadas do que os pais, o que se coaduna com o indicador nacional de média de anos de estudo da população adulta, onde as mulheres ficam em ligeira vantagem sobre os homens - 5,4% e 5,2% anos de estudo, respectivamente, de acordo com a PNAD -96.

As crianças/adolescentes que não freqüentam escola são filhos de pais/mães que nunca freqüentaram uma sala de aula (49,9%), ou que não chegaram a completar nenhuma série (6,9%). Esse perfil de baixa escolaridade tem na outra ponta o fato que nesta população raros são os pais/mães que conseguiram ultrapassar a 4^a série do 1^o grau.

Já entre os filhos que freqüentam escola, o quadro muda um pouco, embora a média nacional de anos de estudo continue sendo um parâmetro, há um número maior de pais (39,5%) e mães (43,5%) que foram além do 1^o ciclo do 1^o grau. Outro dado interessante, é que a partir do início do 2^o grau a situação entre homens e mulheres fica bastante equilibrada. Este fato, aliado a achados que apontam que, quanto maior a escolaridade do casal mais igualitárias

tendem a ser as relações e distribuição de funções dentro do lar (Figueira, 1987), indica que nestas situações, a responsabilidade/influência sobre a escolaridade dos filhos pode ser exercida por ambos os progenitores, o que normalmente beneficia a prole.

No que se refere à **ocupação**, obtivemos 46,9% de respostas válidas para as mães e 72,2% para os pais, o que faz pensar numa taxa elevada de adultos sem rendimentos no momento da entrevista. Vale dizer que só consideramos as declarações referentes ao trabalho principal.

A classificação das ocupações apresentada na **tabela 3** foi feita a partir da de Hasenbalg e Valle, que agruparam as centenas de ocupações declaradas em 13 categorias. Desta forma nossa denominação corresponde aos seguintes agrupamentos ocupacionais:

Não manual médio alto – profissionais de nível universitário; dirigentes e empresários empregadores.

Não manual médio baixo – técnicos artísticos e supervisão manual; empresários por conta própria; não manual de rotina.

Manual urbano – manual da indústria moderna; manual da indústria tradicional, manual do terciário; ambulantes e serviços domésticos.

Proprietário rural – proprietário rural.

Trabalhador rural – trabalhador rural.

A leitura desta tabela nos remete à distribuição geográfica referida na **tabela 1**. De fato, aqueles que não freqüentam escola, por estarem mais concentrados na área rural, são filhos de pais que ocupam predominantemente a posição de trabalhadores rurais (60,8%).

As famílias dos não freqüentes que se encontram na área urbana apresentam o seguinte perfil ocupacional: as mães se alocam preferencialmente nos serviços domésticos (20,6%) e os pais nas atividades manuais de indústria tradicional ou manual terciário (12,0% em cada uma).

Já os progenitores dos que freqüentam escola estão alocados majoritariamente em áreas urbanas. O destino mais comum são as ocupações manuais: 20,2% manual terciário e 13,7% manual indústria tradicional para os pais e, para as mães 21,7% serviços domésticos e 16,6% manual terciário. Há ainda uma parcela relevante destes pais (sexo masculino) ocupando posições não manuais: 15,5% médio baixo e 11,9% médio alto, contrastando com os pais de quem está fora da escola: 5,3% médio baixo 1,6% médio alto. Note-se ainda que é nula a representação de mães de não freqüentadores da escola na faixa ocupacional superior.

Tendo a ocupação uma relação imbricada com o nível escolar (Quadros, 1992 - Barros, 1995), percebemos a coerência entre baixa escolaridade e prevalência de ocupações rurais ou manuais para os pais daquelas crianças e adolescentes que não freqüentam estabelecimento de ensino. Este quadro é preocupante na medida em que demonstra a transmissão das condições de pobreza e ignorância como heranças paternas.

2.2 - Aspirações à educação

A seção 15 da PPV – *Avaliação das condições de vida* - é dirigida somente aos chefes de domicílio. Aí vamos encontrar uma série de perguntas sobre a opinião destes a respeito da condição de conforto ou dificuldade que a renda mensal domiciliar proporciona a sua família. As perguntas de nº 9 a 12 incidem sobre a avaliação das condições atuais e, a importância para a melhoria das condições de vida familiar de diversos itens tais como: educação, saúde, habitação, segurança pública, lazer, vestuário, alimentação, trabalho e transporte.

Destacamos para nossa análise dois destes fatores: **educação/escolaridade e emprego/trabalho**. Mesmo que não haja diferenças muito marcadas na avaliação interna entre os itens (normalmente o chefe avalia suas condições de vida em bloco, ou vai tudo bem ou tudo mal), existe uma tensão quase paradoxal entre educação e trabalho. De um lado, uma maior escolaridade aumenta as chances futuras de se obter um emprego melhor, por outro, a precariedade do presente muitas vezes obriga as crianças ao trabalho precoce, prejudicando sua escolarização. Nossa intenção aqui é verificar o grau de satisfação e de importância que os pais das crianças fora da escola atribuem tanto à educação quanto ao trabalho, pensando na lógica de prioridade para estas famílias. Como as perguntas se referem à família em geral, pode acontecer de existirem situações distintas de escolaridade e trabalho para cada membro. No entanto já percebemos na análise dos dados feita até aqui, que as famílias apresentam um certo padrão de escolaridade e ocupação.

Estamos cientes de que perguntas de opinião podem ser problemáticas pelo seu conteúdo mais subjetivo, mas é justamente esta carga mais simbólica que pode nos conduzir a novas pistas sobre o que motiva as pessoas nas suas ações concretas.

Na **tabela 4** podemos observar que os respondentes com filhos fora da escola avaliaram como *ruins ou muito ruins* as condições de escolaridade (57,4%) e trabalho (56,3%) da família. No entanto, estas mesmas pessoas, quando avaliam a importância da educação e do trabalho na

melhoria das condições de vida familiar, tendem (diferença de 10,0%) a valorizar mais o trabalho. Fica assim sugerido que em caso de impasse entre trabalho e estudo, o trabalho deve ser privilegiado em detrimento da escolarização, o que aponta para tensões entre o curto e médio prazos (urgência de trabalhar vs. possibilidade de postergar o trabalho para o futuro) e ainda, para o rebaixamento da aspiração educacional nas camadas populares, em função do maior esforço exigido para alcançar níveis escolares mais elevados (Boudon, 1979).

3 – FORA DA ESCOLA POR QUE? - *Investigação sobre trabalho, desempenho escolar de quem já frequentou e motivos de não freqüência à escola.*

Antes de passarmos a investigar os motivos alegados para a não freqüência à escola vamos explorar os dados que nos dão indicações sobre atividades de trabalho que ocupam o tempo destas crianças e adolescentes.

3.1 – Trabalhar para estudar, estudar para trabalhar ou deixar de estudar para trabalhar?

A alocação do tempo das crianças é uma decisão familiar que nem sempre compatibiliza trabalho, estudo e lazer. Assim o trabalho precoce pode ser visto como um fator concorrencial à escola (Kappel 1992). Nesta parte do texto consideramos não só as atividades formais de trabalho, mas também, os afazeres domésticos que ocupem um tempo diário maior do que 2 horas, pois este pode ser indicador de atividades não remuneradas que desviam as crianças dos estudos.

O estatuto da criança e do adolescente proíbe que se empregue pessoas em idade de escolarização obrigatória, abrindo uma pequena brecha para as pessoas de 12 a 14 anos cujo trabalho possa ser caracterizado como treinamento. Ao nível estadual e municipal, as leis têm se acirrado, fechando cada vez mais o cerco ao redor do trabalho infante-juvenil. Este é um debate que cresce de importância a cada dia. De um lado há organizações que querem proteger as crianças da exploração e pressionam as autoridades para fiscalizar e coibir qualquer atividade remunerada dos menores. Por outro, este tipo de proibição cria, muitas vezes, um revés perverso que é, colocar jovens numa situação de necessidade e ociosidade, que acaba os atraindo para o mercado de atividades ilícitas.

Na **tabela 5**, vemos que 14,7% das pessoas na faixa etária de 7 a 14 anos **já trabalhou** alguma vez, sendo que destas, 76,2% **continuam trabalhando**, o que corresponde a aproximadamente 11,2% do total. Constatamos que há trabalhadores precoces estudando, uma vez que a taxa de empregados supera os 8% que não freqüentam estabelecimento de ensino. Mas o curioso é que entre os que responderam ter trabalhado nos últimos dias, a porcentagem de estudantes é maior (77,9%) do que a de evadidos (58,9%).

Dentre os que já trabalharam, a informação sobre a **idade que começou a trabalhar** revela que 16,5% da nossa população alvo começou a trabalhar antes dos 8 anos; 49,9% entre 8 a 10 anos e 33,9% após os 10 anos. Nos dados desagregados, percebemos que a idade crítica para a entrada no mundo do trabalho é 8 anos, já que há um salto de 9,1% para 19,5% entre os que iniciaram o trabalho aos 7 e aos 8 anos respectivamente.

A questão do **gênero** marca diferenças na inserção precoce no mercado de trabalho. Dentre os que responderam ter ocupação nos últimos 7 dias, 69,6% eram homens e 30,4% mulheres. Quanto ao tipo de ocupação, 4 categorias foram mais representadas: trabalhadores rurais 60,2%, manual terciário 13,3%, não manual de rotina 9,8% e serviços domésticos 7,0%. Interessante é que a pressão para entrar cedo no mercado de trabalho recai mais sobre os meninos, deixando as meninas em vantagem para se escolarizarem. No entanto, mais tarde, esta maior escolarização não se reverte em melhores condições de trabalho para elas conforme nos alerta Valdir Quadros (1991).

Por **afazeres domésticos**, podemos compreender desde atividades como lavar os pratos ou varrer a casa, até a responsabilidade pelo preparo das refeições, cuidados dos irmãos menores etc. Portanto é preciso discriminar o número de horas dedicadas diariamente a estes afazeres a fim de perceber se este tipo de atividade disfarça atividade de trabalho. O que se destaca é que a sobrecarga de horas dedicadas às atividades domésticas além de recair pesadamente sobre as meninas/moças, ocupa por mais de 2 horas/dia a maioria daquelas que não freqüentam estabelecimento de ensino.

3.2 – Indicadores de trajetória escolar de quem já freqüentou escola:

Para caracterizar a trajetória escolar de quem já freqüentou sala de aula escolhemos os seguintes indicadores: idade de início da escolarização, escolaridade final e habilidades adquiridas. Podemos perceber pela **tabela 7**, que uma parte (38,4%) dos que abandonaram os

estudos precocemente tiveram algum atraso no início de sua escolarização. Dentre os que iniciaram a vida de estudantes com algum atraso, 56,2% residem na zona rural, o que pode ser creditado à falta de vaga ou escola no momento adequado. Dados atuais do SAEB (Veiga Filho et alli 1998) indicam que o atraso no início da escolarização acaba sendo um fator constitutivo da predisposição ao fracasso e evasão escolar, contribuindo para a manutenção das desigualdades de rendimento. A mesma tabela nos mostra que a maioria (66,5%) parou de estudar depois de ter completado 3 anos de escolaridade. Quanto à escolaridade final alcançada, 31,9% chegou a completar a 4ª série e apenas 13,3% conseguiu ultrapassá-la. Este dado corrobora estudos que apontam a passagem para a 5ª série como sendo um dos maiores gargalos de retenção escolar (Barros et alli 1999 – gráfico 9).

Uma informação que serve a nossa investigação é a declaração de **aquisição das habilidades de leitura, escrita e contas**. A maioria absoluta dos respondentes infreqüentes (97,1%) considera que sabe escrever carta, bilhete, etc. e uma maioria mais discreta (54,3%) considera saber ler jornais, bilhetes, etc. A diferença entre um indicador e outro pode estar apontando uma alfabetização funcional, ou seja, o domínio da escrita de um ponto de vista bastante restrito e dificuldades na leitura ou nas contas. Acrescente-se a este quadro, a hipótese de que, em alguns estratos sociais e geográficos o fato de se considerar alfabetizado faz com que as pessoas avaliem que a função da escola já foi cumprida, e mesmo que não cheguem a completar um ciclo inteiro do ensino fundamental, se sentem dispensadas da obrigação de estudar. Um trabalho que explora a mesma base de dados (Barbosa - 1998) faz a seguinte menção ao problema: *“A questão da escolaridade merece uma nota a parte: os dados dessa amostra evidenciam algo que os economistas da educação já haviam percebido. Talvez sem levar às últimas conseqüências: ser alfabetizado, no Brasil, certamente faz diferença em termos de rendimento. Mas, completar os oito anos do ensino fundamental não faz!”* (p.29)

Assim, a percepção prática desta realidade pode acabar desestimulando crianças e jovens a empreenderem o esforço de uma escolaridade longa.

3.3 – Motivos alegados para a não freqüência à escola:

Uma das particularidades da PPV em relação a outros surveys tipo Censo e PNAD, é o aprofundamento de alguns indicadores através de perguntas suplementares. Um exemplo disto é a indagação sobre os **motivos pelos quais as pessoas estão fora do sistema de ensino**. Esta

questão embora passível de críticas, nos fornece alguns indícios muito interessantes sobre o problema em questão. Uma primeira fraqueza da pergunta pode ser revelada pelo alta incidência de escolha da opção ‘outros’⁷ dentre as demais opções oferecidas. Trabalharemos com este dado de duas maneiras: a primeira considerando que a resposta ‘outros’ significa nenhuma das outras opções; segundo fazendo cruzamentos entre motivos de não frequência com outras variáveis, para testar hipóteses sobre o conteúdo da resposta ‘outros’.

Segundo a **tabela 7** os principais motivos alegados para quem nunca frequentou escola são: 27,1% ‘outros’, seguido de dificuldades financeiras 21,7%, falta de interesse 20,7% e não existência de estabelecimento de ensino próximo ao domicílio 15,8% (indicado na tabela como falta de escola). Quem já frequentou alega, pela ordem: ‘outros’ 27,4%, falta de interesse 25,3%, falta de escola 17,2% e dificuldades financeiras 16,1%. O fato da alegação falta de interesse ser na média o segundo maior índice de respostas nos intriga. No discurso da maioria dos chefes de domicílio⁸ a educação é no mínimo muito importante para a melhoria das condições de vida da família, no entanto os filhos alegam não se interessar pela sua própria escolarização. O que quer dizer este desinteresse por algo tido como muito importante? Observamos que a falta de interesse se concentra mais entre pessoas de 11 a 14 anos residentes nas áreas rural, pertencentes aos dois primeiros quintis de renda domiciliar per capita (rdpc). Este perfil pode estar nos informando, que embora no discurso a educação seja considerada essencial, dentro das perspectivas concretas de melhoria da condição de trabalho e vida em determinadas áreas do país, ela não é percebida como decisiva.

As dificuldades financeiras penalizam sobretudo os mais jovens – 7 a 10 anos, os que nunca frequentaram escola e os residentes nas áreas urbanas.

Dentre os motivos ligados à oferta de ensino, a falta de escola perto de casa é um problema que aflige mais pessoas do que a falta de vagas, atingindo principalmente os moradores da área rural, e os pertencentes ao quintil de rdpc mais pobre.

Temos algumas hipóteses sobre o que pode estar contido na opção de resposta ‘outros’. Uma delas pode ser averiguada pelos dados da PPV, diz respeito a impedimento de ir a escola devido a **problemas de saúde** - 69,3% das crianças/adolescentes que avaliam seu estado de saúde como ruim e 51,2% dos que declararam ter problema crônico de saúde, alegaram ‘outros’

⁷ Optamos por calcular as percentagens incluindo a categoria ‘outros’ em vez de considerá-la *missing data*. Já a opção ‘concluiu a série desejada’ foi tão pouco mencionada (0,1%) que resolvemos excluí-la da presente análise.

motivos para não frequentar estabelecimento de ensino. Outra hipótese é a **migração**. Muitas famílias mudam de domicílio no meio do ano letivo fazendo com que seus filhos tenham dificuldades de inserção escolar no novo local de residência. Embora seja difícil comprovar esta tese através da PPV, temos um dado que 11,8% das pessoas de 7 a 14 anos que não nasceram no município onde residem estão fora da escola contra 7,4% das que estão no município natal. Dentre os que não frequentam e não nasceram onde residem 37,0% respondeu ‘outros’ quando perguntado pelo motivo da não frequência.

CONCLUSÕES

Não tivemos neste trabalho a pretensão de indicar quais seriam os fatores determinantes da exclusão escolar, o que pretendemos foi levantar indicadores empíricos que sugerem uma correlação a ser testada ou investigada em maior profundidade.

- Contrariando avaliações mais otimistas podemos dizer com a PPV, que o problema da universalização do ensino fundamental está sendo enfrentado mas ainda não foi resolvido.
- Existem diferenças internas no perfil de quem está fora da escola. Os que nunca frequentaram estabelecimento de ensino estão concentrados nos grupos etários mais jovens, residentes nas áreas rurais e inseridos em famílias numerosas de menor renda domiciliar per capita. Os que já frequentaram e se evadiram se caracterizam mais por serem adolescentes que tiveram até 3 anos de escolaridade e se consideram alfabetizados. Portanto para elaborar estratégias de inclusão (ou reinserção) destas pessoas no sistema escolar, devemos considerar estas diferenças.
- ‘*Grosso modo*’ podemos dizer que os excluídos da escola são realmente os ‘suspeitos’ de sempre: pobres, não brancos, nordestinos da área rural, filhos de pais pouco escolarizados. Estes são fatores já conhecidos na literatura sobre desigualdades sociais no Brasil. O trágico é que estes fatores geralmente vêm combinados, formando um ciclo vicioso que precisa ser enfrentado, sendo a escolarização ao mesmo tempo, causa e consequência deste estado de coisas. No entanto é preciso notar que existem pessoas com as mesmas características que conseguem furar o bloqueio e frequentar a escola. Isso sugere estudos mais aprofundados sobre

⁸ Ver tabela 4

as estratégias utilizadas por estes grupos que desafiam os determinantes sociais construindo o improvável.

- A indicação da relação entre condição na família e baixo rendimento escolar deve ser melhor estudada a fim de entender as condições de vida que afetam as crianças/adolescentes caracterizados como ‘outro parente’.
- Há um certo padrão intergeracional que faz com que pais pouco escolarizados tenham filhos também pouco escolarizados (mesmo que se constate em geral, uma elevação na mobilidade educacional no Brasil). Para que este perfil não continue a se propagar nas próximas gerações é preciso criar uma nova demanda de educação por parte de quem está fora do sistema. Por que nova demanda e não simplesmente mais oferta? Estudos sobre a escolarização nas camadas populares (Souza e Silva, 1999 - Viana, 1998) vêm demonstrando que a idéia de escola como valor universal é na verdade, uma representação das camadas mais favorecidas que se pretende universal. Para um grande contingente da população brasileira, a alternativa que se apresenta é pensar nas necessidades imediatas e não investir num processo que leva tempo como o da escolarização. Quando 20% das pessoas que não freqüentam a escola alegam falta de interesse como motivo desta não freqüência, precisamos desconfiar da unanimidade do discurso sobre a importância da educação e estudar com mais refinamento o significado desta falta de interesse.
- Em 1979, Boudon já nos alertava que algumas soluções de hoje criam os problemas de amanhã – seguindo esta lógica, podemos pensar que no Brasil, a elevação das taxas de escolarização faz com que aqueles que se localizam nos estratos inferiores da pirâmide social, sintam este progresso como um obstáculo a mais e não como uma oportunidade, uma vez que o tempo necessário a ser investido na escolarização mínima foi elevado pelo aumento médio de pessoas que acessam a educação básica, representando um esforço desestimulante.
- A incompatibilidade entre estudo e trabalho não ficou evidenciado através deste estudo. Segundo os dados que obtivemos, existem mais trabalhadores entre os estudantes do que entre os evadidos da escola e, quando perguntados sobre os motivos para não freqüentar escola a opção ‘por causa do trabalho’ foi escolhida por apenas 6,8% destes últimos.
- Uma hipótese que aparece neste trabalho é que o que se considera básico na escola é a alfabetização e não a conclusão das séries. Desta forma, muitas crianças e adolescentes assim

que se sentem capazes de ler um folheto ou escrever um bilhete, consideram cumprida sua meta e não vêm mais sentido em permanecer na escola.

- Um fenômeno mais recente que talvez não tenha sido captado pela PPV, é a não freqüência a escola causada pela violência que tem invadido este espaço antes protegido. Muitos jovens nas regiões metropolitanas, a fim de compatibilizar trabalho e estudo, são obrigados a estudar a noite em regiões de acentuada criminalidade. Alguns por medo acabam deixando de freqüentar a escola, ou o que é mais grave, algumas escolas ameaçadas simplesmente estão deixando de oferecer o curso noturno, diminuindo ainda mais a opção para uma parcela da população que já é bastante desfavorecida.

Estudo sobre crianças/adolescentes (7 a 14 anos) fora da escola, segundo dados da Pesquisa Sobre Padrões De Vida (IBGE) - ANEXOS

Tabela 1 – Caracterização da população de 7 a 14 anos pela frequência ou não a estabelecimento de ensino X sexo, faixa etária, cor e estrato geográfico (%)

	Frequente	Nunca frequentou	Já frequentou e não frequente	População de 7 a 14
Sexo: Masculino	51,7	57,1	45,5	51,7
Feminino	48,3	42,9	54,6	48,3
Idade: 7 a 10	48,0	68,0	22,4	47,5
11 a 14	52,0	32,0	77,6	52,5
Cor: Branca	51,6	27,4	29,3	49,7
Preta / Parda	48,4	72,6	70,7	50,3
Estrato geográfico:				
Reg. Met. Fortal.	2,6	1,7	2,3	2,6
Reg. Met. Recife	2,4	1,0	2,0	2,3
Reg. Met. Salvador	2,7	0,8	2,9	2,7
NE Urbano	18,9	20,7	28,9	19,4
NE Rural	16,5	57,0	27,5	18,7
Reg. Met. B. H.	3,2	1,2	2,0	3,1
Reg. Met. Rio	7,1	3,8	0,7	6,7
Reg. Met. S. Paulo	14,3	5,1	9,9	13,8
SE Urbano	26,1	4,6	10,2	24,6
SE Rural	6,1	4,1	13,6	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - PPV 1996/97

Tabela 2 – Caracterização familiar⁹ (arranjo familiar, nº de filhos por domicílio, renda domiciliar per capita) da população entre 7 e 14 anos X frequência ou não a estabelecimento de ensino (%)

	Frequênta	Nunca frequêntou	Já frequêntou e não frequênta	População de 7 a 14
Tipo de Família⁽¹⁾:				
Casal com filho	65,8	64,8	52,8	65,2
Casal c/ filho e parentes	14,4	15,2	23,9	14,8
Monoparental c/ filhos	9,9	10,4	8,5	9,8
Monoparental c/ filhos e parentes	7,8	2,4	10,6	7,7
Nº de filhos por domicílio:				
1	10,2	6,5	14,1	10,2
2	26,9	14,1	20,4	26,2
3	27,7	8,0	15,0	26,4
4	15,4	16,7	12,7	15,3
5 ou mais	18,2	54,6	37,8	21,9
Quintis de renda mensal domiciliar per capita*:				
1- até R\$49,00	17,6	54,4	38,0	20,0
2- de R\$50,00 a R\$98,00	19,3	27,3	29,3	20,0
3- de R\$99,00 a R\$177,00	20,5	11,6	18,9	20,0
4- de R\$178,00 a R\$339,00	21,2	3,9	8,9	20,0
5- acima de R\$340,00	21,5	2,8	4,9	20,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

(1) 2,4% do total da população entre 7 e 14 anos vive em famílias com outros tipos de arranjo que não serão aqui considerados

* a título de informação - o salário mínimo em setembro de 96 correspondia a R\$120,00.

⁹ A PPV permite identificar diferenças entre dados familiares e domiciliares, como a grande maioria de domicílios que têm filhos nesta faixa de idade são unifamiliares, optamos por trabalhar com os dados domiciliares nesta seção.

Tabela 3 – Caracterização parental (escolaridade final do pai, escolaridade final da mãe, ocupação do pai e da mãe e faixa etária do pai e da mãe) X frequência ou não a estabelecimento de ensino pelos filhos de 7 a 14 anos. (%)

	Frequênta		Nunca frequêntou		Já frequêntou e não frequênta		População de 7 a 14	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Escolaridade final:								
Nunca frequêntou	20,3	16,9	70,6	55,5	39,2	34,3	23,0	19,0
Nenhuma série completa	4,2	2,6	8,1	3,9	7,7	7,7	4,8	2,9
Alguma série do 1º ciclo do 1º grau (1ª a 4ª série)	36,0	37,0	12,8	40,6	43,6	52,9	35,4	37,3
Alguma série do 2º ciclo do 2º grau (5ª a 8ª série)	17,7	23,4	5,7	—	8,6	4,4	16,9	22,0
Alguma série do 2º grau	14,7	13,1	2,8	—	1,0	0,8	13,9	12,3
Algum ano do estudo superior	7,1	7,0	—	—	—	—	5,9	6,4
Ocupação atual ⁽¹⁾ :	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Não manual médio alto	11,9	7,5	2,1	—	1,1	—	11,1	7,0
Não manual médio baixo	15,5	22,4	5,5	3,9	5,2	2,2	14,8	21,3
Manual urbano	46,7	51,8	27,1	33,0	36,0	40,8	45,5	50,9
Proprietários rurais	1,2	—	—	—	—	—	1,1	—
Trabalhadores rurais	24,8	18,1	65,5	63,0	57,6	56,9	27,5	20,7
Faixa Etária:	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Até 30 anos	5,8	15,7	11,5	23,0	9,2	9,6	6,2	15,8
De 31 a 40 anos	44,3	52,0	37,6	48,8	19,4	51,3	43,2	51,9
De 41 a 50 anos	37,2	26,3	30,8	21,5	41,8	28,3	37,0	26,2
Mais de 50 anos	12,7	6,0	20,1	6,6	29,6	10,8	13,6	6,1
Total	100,0		100,0		100,0		100,0	

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

(1) Classificação feita a partir da de Hasenbalg e Valle (1999)

Tabela 4 – Opinião do chefe sobre a avaliação das condições de educação e trabalho familiares e, da importância da educação e do trabalho para a melhoria das condições de vida da família X frequência ou não a estabelecimento de ensino pelos filhos de 7 a 14 anos. (%)

	Frequenta	Nunca frequentou	Já frequentou e não frequenta	População de 7 a 14
<u>Avaliação das condições de educação da família:</u>				
Muito boa	6,8	—	—	6,3
Boa ou regular	79,3	35,4	49,8	76,5
Ruim ou muito ruim	14,0	64,6	50,2	17,2
<u>Avaliação das condições de trabalho da família:</u>				
Muito boa	3,2	2,0	—	3,1
Boa ou regular	59,9	35,1	50,1	58,5
Ruim ou muito ruim	36,9	62,8	49,9	38,4
<u>Importância da educação para a melhoria da vida:</u>				
Muito importante	78,2	51,5	62,2	76,6
Importante	20,7	47,1	35,6	22,3
Pouca ou sem importância	1,1	1,4	2,3	1,2
<u>Importância do trabalho para a melhoria da vida:</u>				
Muito importante	80,3	57,6	76,1	79,2
Importante	18,3	40,6	23,9	19,4
Pouca ou sem importância	1,4	1,8	—	1,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

Tabela 5 – Já trabalhou, trabalho últimos 7 dias, dedicou-se aos afazeres domésticos nos últimos 7 dias X freqüência ou não a estabelecimento de ensino pelos filhos de 7 a 14 anos. (%)

	Freqüenta	Nunca freqüentou	Já freqüentou e não freqüenta	População de 7 a 14
Já trabalhou alguma vez?				
Sim	13,0	25,4	41,6	14,7
Não	87,0	74,6	58,4	85,3
Trabalhou nos últimos 7 dias ⁽¹⁾ :				
Sim	77,9	84,0	58,9	76,2
Não	22,1	16,0	41,1	23,8
Afazeres Domésticos nos últimos 7 dias:				
Sim	39,8	32,7	60,1	40,3
Não	60,2	67,3	39,9	59,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

(1) Dentre os que já trabalharam alguma vez ou seja, 14,7% da população entre 7 e 14 anos.

Tabela 7 – Idade de início escolar, anos de escolaridade, escolaridade final, habilidades adquiridas X frequência ou não a escola pelos filhos de 7 a 14 anos. (%)

	Frequente	Já frequentou e não frequente	População de 7 a 14 anos
<u>Início da escolarização:</u>			
Precoce (antes dos 7 anos)	3,0	8,3	3,1
Sem atraso (aos 7 anos)	75,9	53,3	71,9
1 ano de atraso (aos 8 anos)	11,2	15,9	10,9
2 anos ou mais de atraso (9 anos ou mais)	9,9	22,5	14,1
<u>Anos de escolarização:</u>			
Até 3 anos	67,1	66,5	67,1
De 4 a 8 anos	32,9	33,5	32,9
<u>Escolaridade final - 1º grau:</u>			
Nenhuma série completa	6,9	15,6	7,2
Completo 1ª, 2ª ou 3ª série	54,3	39,1	53,7
Completo 4ª série	15,7	31,9	16,3
Completo 5ª série	10,8	11,2	10,9
Completo 6ª, 7ª ou 8ª série	12,3	2,1	11,9
<u>Lê jornais, bilhetes, etc:</u>			
Sim	80,5	54,3	76,1
Não	19,5	45,7	23,9
<u>Escreve carta, bilhete, etc ⁽¹⁾:</u>			
Sim	97,6	97,1	97,6
Não	2,4	2,9	2,4
<u>Faz contas por escrito:</u>			
Sim	78,7	51,9	74,3
Não	21,3	48,1	25,7
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

(1) – Este item teve 76,1% de respostas e 23,9% de missing data.

Tabela 9 – Motivos de não frequência X frequência ou não à escola, faixa etária área de domicílio (%).

	Trabalh a	Falta de vaga	Falta de escola	Dificultad e Financeira	Falta de Interesse	Outro s	Tota l
Frequência à escola:							
Nunca frequentou	7,1	7,5	15,8	21,7	20,7	27,1	100,0
Já frequentou	6,8	6,9	17,2	16,1	25,3	27,4	100,0
Total quem não freq.	7,0	7,0	16,5	19,0	23,0	27,3	100,0
Faixas etárias:							
7 a 10 anos	3,0	8,2	22,0	24,7	9,8	32,4	100,0
11 a 14 anos	11,2	5,3	14,2	13,9	30,1	25,3	100,0
total 7 a 14 anos	7,0	7,2	16,5	19,1	23,0	27,3	100,0
Área de Domicílio:							
Urbana	3,9	12,8	4,5	26,8	17,0	34,8	100,0
Rural	9,8	2,1	27,4	11,8	28,5	20,4	100,0
Total	7,0	7,2	16,5	19,0	23,0	10,7	100,0

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

Tabela 10 – Motivos de não frequência à escola X quintis de renda domiciliar per capita.

	Trabalha	Falta de vaga	Falta de escola	Dificuldade Financeira	Falta de Interesse	Outro s	Tot al 7 a 14 ano s
Quintis RMDPC*:							
até R\$49,00	59,7	19,8	66,5	51,1	51,8	31,2	46,
de R\$50,00 a	2,6	49,8	13,5	43,6	28,0	27,3	6
R\$98,00	16,0	17,2	17,3	3,8	11,3	24,1	28,
de R\$99,00 a R\$	17,9	13,2	2,7	1,6	5,0	8,0	3
177,00	3,8	—	—	—	4,0	9,4	15,
de R\$178,00 a							0
R\$339,00							
acima de R\$340,00							6,3
							3,8

Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: IBGE – PPV 1996/97

- Renda mensal domiciliar per capita

BIBLIOGRAFIA

Barbosa, Maria Ligia de Oliveira – *Riscos e recursos individuais num mercado socialmente (des?)regulado* – Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS – 1998.

Barcelos, Luiz Cláudio – *Raça e realização educacional no Brasil* – Dissertação de Mestrado – IUPERJ – 1992.

Barros, Ricardo Paes, **Mendonça**, Rosane & **Velazco**, Tatiana – *Is poverty the main cause of child work in Brazil?* – 1994.

_____, & **Mendonça**, Rosane – *Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho* – IPEA, texto para discussão nº 366 – 1995.

_____, **Firpo**, Sérgio & **Mendonça**, Rosane – *Desempenho educacional brasileiro: uma avaliação do ensino fundamental* – IPEA – Rio de Janeiro, 1999 – mimeo.

Boudon, Raymond – *Efeitos perversos e ordem social* – Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

Castro, Maria Helena Guimarães – *Avaliação do Sistema Educacional Brasileiro: tendências e perspectivas* – Texto apresentado no Seminário ‘Um modelo de educação para o século XXI’ - INAE/Fórum Nacional – Rio de Janeiro – ago/1998.

CEPAL – *La equidad en el panorama social de América Latina durante los años ochenta* - Santiago de Chile, 1991.

CEPAL – *Cambios en el perfil de la familia: la experiencia regional* - Santiago de Chile, 1993.

Costa, Márcio da – *A Educação como refúgio: questionando o discurso da educação como prioridade* - Dissertação de Mestrado, PUC-Rio – 1992.

Desplaques, Guy – *La chance d’être aîné* – Economie et Statistique, INSEE nº 137, out/1981.

Figueira, Sérvulo (org.) – *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira* – Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor – 1987.

IBGE – www.ibge.org/imprensa/Noticias/ppv11.htm 1999.

Kappel, Dolores Bombardelli – *A situação ‘estudante-trabalhador’ e sua apreensão via pesquisa domiciliar* – Dissertação de Mestrado em Educação – PUC-Rio, 1992.

Quadros, Waldir – *O ‘milagre brasileiro’ e a expansão da nova classe média* – Tese de Doutorado em Economia – UNICAMP -Campinas, 1991.

Silva, Nelson do Valle & **Hasenbalg**, Carlos – *Relações raciais no Brasil contemporâneo* – Rio de Janeiro – Editora Rio Fundo - 1992.

Souza, Alberto de Mello & **Silva**, Nelson do Valle – *Family background, quality of education and public and private schools in São Paulo: relationships and effects on school transitions* – 1992 – mimeo.

Souza e Silva, Jailson – *Por que uns e não outros? Caminhada de estudantes da Maré para a universidade* – Tese de Doutorado em Educação – PUC-Rio – 1999.

UNICEF – *Relatório Situação Mundial da Infância* – Educação – 1999.

Veiga Filho, Álvaro Lima et alli – *O perfil do estudante brasileiro: um estudo a partir dos dados do SAEB 97*- PUC-Rio – ago/98 – mimeo.

Viana, Maria José Braga – *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade* – Tese de Doutorado em Educação – FAE/UFMG – 1998.

Weber, Silke – *Aspirações à educação: o condicionamento do modelo dominante* – Petrópolis, Editora Vozes, 1976.

